

COTIDIANOS IRREGULARES? ESTUDO ANTROPOLÓGICO DA EXPERIÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA JUNTO AOS MORADORES DA VILA BATISTA FLORES EM PORTO ALEGRE (RS)

Roberto Antonio Capiotti da **Silva**
Cornelia **Eckert** (orientação)

Introdução

A questão da irregularidade fundiária de habitantes citadinos não é um fenômeno recente, provém de séculos de segregação e expulsão das populações de baixa renda das áreas centrais e valorizadas nas cidades para a sua periferia e áreas vazias, dado o processo de expansão e transformação espacial dos centros urbanos através da ação dos poderes públicos e políticas progressistas concebendo situações de déficit habitacional e especulação imobiliária (ALFONSIN, 2000).

A irregularidade das habitações foi tema de diversos estudos no âmbito das Ciências Sociais no Brasil. Pesquisas estas que abordam diversas questões entre as quais cito o tema das vilas em processo de remoção. Em Porto Alegre destaco os estudos antropológicos de José Carlos Dos Anjos (1993) e Maria Helena Sant'Ana (1997). A situação das vilas em processo de regularização ou recém regularizadas foram estudadas, sobretudo pela Sociologia onde destaca-se nesse caso o trabalho de Marcelo Kunrath Silva (2002) sobre a experiência da Vila Jardim. A regularização fundiária, seus instrumentos e experiências em cidades brasileiras são referenciados sobretudo por Betania Alfonsin (1997 e 2000).

Tendo em vista a minha participação como bolsista do projeto “Regularização Fundiária: uma questão de cidadania”, implementado através do convênio entre a UFRGS e a

Defensoria Pública Estadual, no qual se busca abordar através de diversas áreas de conhecimento a questão da ocupação dos espaços urbanos e da regularização fundiária urbana em áreas irregulares do município de Porto Alegre, localizadas, na sua maioria, na periferia da cidade, buscou-se realizar um trabalho de cunho antropológico visando conhecer o cotidiano, ou as “práticas cotidianas”, como nos diz Michel de Certeau (1994), das pessoas que vivem em áreas irregulares. Dinâmicas culturais, que ainda que influenciadas pela cultura hegemônica, são diferenciadas, e que necessitam ser estudadas. Esta pesquisa busca iluminar essas práticas do “fundo noturno” em que se encontram na atividade social, através do estudo da situação dessa população, assim como do processo de luta pela regularização e pela melhoria das condições dessas áreas.

Levando em conta que: os moradores de áreas ou lotes irregulares vivem em constante tensão devido a ausência de qualquer garantia de posse legal dos seus terrenos; têm dificuldades em investir em suas moradias devido aos seus poucos recursos e aos riscos de investir em algo que se possa perder; moram em áreas, na sua maioria, com condições precárias de infraestrutura e de meio-ambiente, buscou-se conhecer essas pessoas, seus desejos, suas dificuldades, suas lutas, e principalmente os aspectos de suas trajetórias que desvendam os motivos que as levaram a morar em áreas irregulares e a lutar pela regularização dessas áreas .

Para isso foi realizado um estudo etnográfico na Vila Batista Flores em Porto Alegre situada na zona nordeste no Bairro denominado Mário Quintana. Este exercício consistiu na observação sistemática do ambiente, do cotidiano e das relações entre os moradores, na descrição de suas histórias, idéias e lutas, a fim de entender o cotidiano desses moradores frente aos desafios e os problemas do viver em uma área irregular.

A escolha da vila Batista Flores se deu devido ao grande número de moradores que haviam feito o pedido de regularização dos seus terrenos através da Defensoria Pública Estadual e, por conseguinte do processo de regularização atualmente em andamento.

Busca-se dessa forma estudar a realidade dos moradores da vila Batista Flores, e a sua trajetória de ocupação desses terrenos irregulares, sua participação e luta na tentativa de regularização dos terrenos e pela melhoria das condições de infraestrutura e urbanização da vila através de uma antropologia política e do cotidiano, reconstituindo suas histórias tendo em vista as tensões do viver em terrenos irregulares, as lutas e fatos marcantes relacionados a ocupação desses espaços.

Este trabalho teve início em maio de 2003 com um levantamento de dados sócio-econômicos de quinze famílias de moradores da Vila Batista Flores, através da aplicação de questionários estruturados nas residências dessas famílias. O critério de escolha dessas famílias foi o pedido junto a Defensoria de regularização dos seus terrenos através do instrumento de usucapião urbana.

Após a coleta destas informações foi iniciada uma pesquisa qualitativa desenvolvendo um exercício etnográfico no local, tendo por técnicas a observação direta e participante e realização de entrevistas (oito gravadas e duas não), junto a dez moradores residentes em três ruas da vila (Raul Cauduro, Figueira e A1), realizadas em visitas semanais, a fim de aprofundar questões pertinentes levantadas através dos questionários e pelas observações e conversas informais com os moradores. Realizei neste processo pesquisa bibliográfica e consulta a documentos relacionados com este espaço social e área. Nesta etapa, mesmo os moradores que não haviam feito o pedido de regularização através da defensoria pública também foram entrevistados.

Busco assim contribuir para que se tenha um conhecimento denso sobre as populações que vivem em áreas irregulares, de forma que não se tenha uma visão apenas técnica do processo de regularização fundiária que colocam muitas vezes a população como apenas receptiva e passiva, mas que se perceba como essas mudanças são percebidas e construídas pela população que participa deste processo.

No capítulo inicial busca-se desenvolver o conceito de irregularidade e regularização fundiária. Destaco as definições dadas pelos poderes públicos e os instrumentos utilizados na regularização de áreas irregulares.

No segundo capítulo procura-se apresentar o projeto Regularização Fundiária e seus objetivos, e uma revisão bibliográfica sobre moradores irregulares e ação coletiva.

A seguir, apresenta-se as questões metodológicas envolvidas na pesquisa e a contextualização do exercício etnográfico. Nesta perspectiva demonstra-se as etapas de inserção na Vila Batista Flores, o seu perfil, assim como a população pesquisada e o perfil dos entrevistados.

No capítulo seguinte, analisa-se o cotidiano dos moradores frente à situação de irregularidade, a ligação entre eles e a vila, e a contraposição de identidades sociais no interior do grupo de moradores.

Finalmente, realiza-se uma abordagem da ação coletiva dos moradores em busca de direitos básicos, vinculados a melhoria das condições de infraestrutura da vila e do processo de regularização fundiária na Vila Batista Flores.

IRREGULARIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

1.1. Irregularidade Fundiária:

Segundo a Contagem da População por Município, elaborada pelo IBGE em 1996, 22,11% da população residente em Porto Alegre, num universo de 1.288.879 habitantes, vivem em núcleos e vilas irregulares (DEMHAB, 2000).

A irregularidade fundiária consiste segundo a prefeitura municipal, na existência de moradias em áreas públicas ou privadas em desconformidade com a lei, o que representaria que essas moradias seriam inadequadas frente aos códigos de urbanização e edificação prescritos pelo Estado.

São imputadas várias características que delimitam esta irregularidade: ilegalidade da posse de terra, irregularidade urbanística, carência de infraestrutura urbana, má qualidade de habitações (METROPLAN,1982). Essa definição parece ser classificada como comum para populações de baixa renda, tornando-as alvo para a ação reguladora do Estado.

São dadas pelo Estado ainda várias denominações seguidas de suas definições para essas moradias e para a população que vive nelas (DEMHAB, 2000). Com relação as

moradias em áreas irregulares podemos citar a denominação de “malocas” hoje em desuso, até a mais recente “habitações sub-normais”, o que demonstra um caráter de anormalidade que preconizaria ações reguladoras do Estado afim de normatizar essas habitações.

As áreas irregulares cujo número de moradias não ultrapassa o de 51 são consideradas “núcleos irregulares”, enquanto que áreas que ultrapassam este número são tidas como “vilas irregulares”, termo utilizado para definir a vila Batista Flores.

Quanto a população podemos citar as denominações de “marginais” utilizada na década de sessenta, até a de “população de baixa renda”, atualmente em uso, a qual o Estado deveria dar assistência, moralizar e transformar em cidadãos.

Morar em uma área irregular suscita então tensões e conflitos, devido aos riscos de perda dos terrenos e da ação reguladora do Estado. Tensões estas que influenciam na vida e no cotidiano dessas pessoas.

1.2. Regularização Fundiária

Para muitos a regularização fundiária é vista somente como um processo jurídico onde os moradores de áreas em desconformidade com a lei poderão ter a propriedade sobre o seu terreno garantida. A defensoria pública realiza um trabalho neste sentido viabilizando judicialmente a que os moradores possam adquirir a propriedade sobre seus terrenos, não intervindo em outras questões como a carência da infraestrutura urbana e das habitações, visto que estas questões estariam fora da competência da mesma, estando vinculadas aos órgãos municipais relacionados à habitação e infraestrutura urbana.

Numa visão mais ampla e atual, tendo em vista todas estas questões ligadas a irregularidade, a regularização fundiária, gera uma grande intervenção do Estado sobre a vida dos moradores de áreas irregulares, como demonstra Betânia Alfonsin (1997, p.24), para quem, regularização fundiária consiste no:

[...] processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando acessoriamente melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária.

A regularização fundiária é realizada através de instrumentos jurídicos determinados por lei de acordo com a situação dos moradores, os principais instrumentos utilizados em Porto Alegre para a regularização fundiária são: o Direito Real de Uso, instrumento utilizado para regularizar áreas de propriedade pública e a Usucapião Urbana, utilizada para regularizar áreas de propriedade privada. O enfoque se dará sobre este último, pois ele é o instrumento utilizado para regularizar os terrenos dos moradores da vila Batista Flores.

Previsto na constituição federal e incluído na lei orgânica do município de Porto Alegre a partir de 1990, a Usucapião Urbana compreende: ““a aquisição de direito real (propriedade ou aforamento) em relação à área privada sobre a qual se tem posse durante 5 anos contínuos para fins de moradia em lote não superior a 250 m².””(ALFONSIN, 1997, p.27)

Segundo a constituição federal os requisitos básicos para a aquisição de direito de usucapião são: o tamanho máximo da área deve ser de 250 m²; o tempo de ocupação deve ser contínuo e no mínimo de 5 anos; a ocupação deve ser exclusivamente para moradia em terras particulares e o ocupante não deve ser proprietário de outro imóvel. Ainda exige-se que este direito seja reconhecido ao ocupante somente por uma vez. A posse não deve ser temporária e deve ser exercida sem a oposição de terceiros.

Cabe lembrar ainda que existem áreas que não podem ser regularizadas por se tratarem de “áreas de risco”, “áreas verdes” ou áreas destinadas a obras públicas previstas pelo Estado, geralmente a solução encaminhada pelo Estado para os moradores que vivem nessas áreas é a remoção para outra área.

O PROJETO DE EXTENSAO E A INTERDISCIPLINARIDADE

2.1. O Projeto Regularização Fundiária: uma questão de cidadania

O projeto de extensão “Regularização Fundiária: uma questão de cidadania” tem sua origem num convênio realizado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mais precisamente entre a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) e a Defensoria Pública Estadual, que teve seu início em abril de 2003, tendo como proposta o desenvolvimento

teórico e metodológico de formas de atuação interdisciplinar ultrapassando os limites de resultados unicamente tecnicistas que se mantinham distantes de problemas como os relacionados ao impacto ambiental, ao planejamento urbano municipal e as questões sócio- econômicas e culturais dos atores e das comunidades envolvidas no processo de regularização fundiária de áreas irregulares. Participam atualmente do Programa além das Ciências Sociais, as áreas da Geodésia, Geografia, Arquitetura e Comunicação.

Tendo por base de referência o conteúdo do projeto atualmente em vigor, importa citar que este projeto visa a transdisciplinaridade entre o corpo docente e discente envolvidos no programa, bem como o apoio e acompanhamento de organismos municipais, estaduais e federais vinculados às questões de habitação, urbanização, (re)assentamentos e assistência jurídica gratuita que envolve a população atingida.

Sob a supervisão geral da pró-reitoria de Extensão da UFRGS, este projeto tem por objetivo o desenvolvimento de ações interdisciplinares envolvendo o corpo docente, discente e técnicos, articulando a extensão na relação com o ensino e a pesquisa, de forma a suprir uma demanda social de comunidades que necessitam da regularização de terrenos urbanos irregulares, contribuindo nas discussões de políticas públicas, produzindo conhecimento resultante no confronto com a realidade, possibilitando a democratização do saber com a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade, levando em conta que o projeto não visa suprir demandas ligadas a políticas públicas e acessoriamente produz levantamentos topográficos utilizados nos processos judiciais de usucapião urbana.

O objetivo do estudo antropológico desenvolvido pelo grupo das Ciências Sociais é conhecer quem são, como pensam e agem os moradores do bairro. A partir de suas narrativas e relatos os pesquisadores da antropologia envolvidos buscam conhecer a sua vida cotidiana, suas trajetórias de vida, histórias familiares, de vizinhança, de bairro tematizados a partir de seus projetos e práticas sociais histórico e políticos (pesquisa realizada por mim e que é descrita neste trabalho) bem como seus percursos residenciais/familiares e o re-conhecimento das problemáticas e impactos espaço-ambientais aí relacionados (pesquisa realizada pelo bolsista André Vicari - Bolsa Fapergs). Objetiva-se neste contexto investigar suas motivações para a solicitação de regularização fundiária, suas práticas neste sentido, desejos e frustrações representados.

Trazer subsídios sociais e culturais sobre as formas de viver práticas e simbólicas da população estudada e do que conhecemos a partir desta experiência são os resultados esperados pelo grupo formado pelos estudantes das Ciências Sociais.

2.2. Moradores Irregulares e Ação Coletiva

Devido as limitações do Estado em prover moradias para as camadas populares da população e a crescente especulação imobiliária que não permite a essa população adquirir sua casa própria em áreas centrais, assim como o preço proibitivo dos aluguéis, observa-se um aumento vertiginoso de áreas de ocupação irregular. Como demonstra Alfonsin (2000), ao longo do século XX formou-se uma grande massa de moradores irregulares em áreas localizadas na periferia de Porto Alegre devido a expulsão desta população pelo Estado das áreas centrais da cidade, através da destruição dos cortiços e da urbanização, higienização e conseqüente valorização desta áreas que impossibilitava seu acesso às camadas populares.

Mesmo com inúmeras políticas de habitação, que iam desde a provisão privada de moradias para as classes populares à provisão pública, os efeitos de reversão desta situação foram mínimos, gerando um grande déficit habitacional, que chegou no seu auge na década de setenta com o grande crescimento populacional de Porto Alegre.

Tendo em vista a ineficiência das políticas efetivadas e o crescimento alarmante de vilas irregulares, algumas até localizadas em áreas mais centrais e valorizadas, o Estado passou a intervir fortemente sobre esta população, não mais através da expulsão, mas da remoção para outras áreas “urbanizadas” ou na tentativa de melhora das condições dessa população nas áreas em que ocupavam.

É a partir do fim da década de oitenta, com a promulgação da constituição de 1988 e início da década de noventa, que os poderes públicos passam a tratar da regularização fundiária urbana, tendo em vista manter os moradores nas áreas em que ocupam regularizando a sua situação.

Apesar de um avanço enorme em termos de políticas públicas, poucos moradores irregulares foram beneficiados pela regularização, pois a maioria dos órgãos públicos voltados para a habitação, tinham como atividade principal a provisão de moradias e não a regularização fundiária. Programas de regularização fundiária, como o desenvolvido pela prefeitura de Porto Alegre beneficiaram vários moradores, como é o caso da Vila Jardim,

descrito por Marcelo Kunrath Silva (2002), mas devido aos limites do departamento municipal de habitação e a falta de comunicação deste com as secretárias municipais e outros órgãos públicos, o programa atingiu uma pequena parte da população irregular.

Para tratar do cotidiano dos moradores de vilas irregulares e suas lutas para a melhoria de suas condições recorro como obras de referência as dissertações de José Carlos Gomes dos Anjos sobre a Vila Mirim e Maria Helena Sant'Ana sobre a extinta Vila Cai-Cai e ao trabalho de Marcelo Kunrath Silva sobre a Vila Jardim.

Dos Anjos(1993) e Sant'Ana (1997) destacam uma característica comum em relação aos moradores de vilas irregulares, o seu caráter de mobilidade ou a tendência a uma disposição deslocável, na medida que morar em uma área irregular acarreta na impossibilidade de garantia de permanência na área ocupada. O perigo de perda da moradia e outros bens vinculados a ela em caso de remoção e despejo, tenderiam a alimentar essa disposição.

Dos Anjos destaca ainda que esta “disposição deslocável” não é comum para todos os moradores, havendo alguns com maior “aspiração sedentária”, vinculada a consolidação de uma situação sócio-econômica estável. Esta estabilidade também está vinculada aos recursos que a vila, onde essas pessoas moram, pode oferecer: infraestrutura de transportes, de ensino, saneamento,etc. O tempo de moradia, os fatos vivenciados, as relações estabelecidas enraizadas na memória dos moradores serviriam também como motivo para o desejo de permanência.

A ação reguladora do Estado paira sobre esses moradores, vistos pelo mesmo como desorganizados, despolitizados e que necessitariam de tutelamento para que possam discutir questões políticas, como destaca Sant'Ana (1997, p.92):

[...]a experiência social da vila é vista como permeada por relações de exploração absurdamente degradantes, despolitizadas e desorganizadas. Não identificando um universo social concernindo sujeitos capazes de comunicar-se e atuar em termos de uma ordem política democrática, o tutelamento é visto como estratégia inevitável para o gerenciamento e reformulação das condições de vida e construção virtual da cidadania.

O Estado e sua ação reguladora, assim como a sua capacidade de definir a situação dessas pessoas acaba por influenciar diretamente sobre o cotidiano das mesmas gerando uma constante tensão e medo.

Porém essa força reguladora do Estado não é simplesmente aceita, mas questionada por meios que nem sempre são os da política formal, cujos moradores normalmente não tem controle ou “capital econômico” e “cultural” para poderem participar, apelando assim para meios alternativos de fazer política e de exercer crítica que não se sujeitam às linguagens transparentes habituais e estabelecidas no campo das instituições estabelecidas pelo Estado.

Essas formas alternativas de fazer política não impedem, porém que se estabeleçam relações políticas verticalizadas e paternalistas não só entre os moradores e o Estado, mas também entre os primeiros e técnicos ou lideranças comunitárias. Destaca-se também que essas “resistências” geram muitas vezes relações conflitivas entre os moradores, demonstrando que entre eles estabelecem-se diferenciações baseadas em suas condições econômicas, modos de vida ou pertencimentos étnicos.

Para a análise da luta dos moradores pela melhoria das suas condições de vida e regularização de seus terrenos parto da análise de Marcelo Kunrath Silva (2002), para quem os movimentos sociais urbanos ao contrário do que ocorria na década de setenta, quando consistiam em organizações mais formalizadas que visavam a transformação total da sociedade, passaram a ser redes pouco formalizadas, envolvendo entidades populares, pessoas, organizações não-governamentais, grupos diversos, orientados para a participação e não para a representação e que se organizam constantemente em função dos temas e processos conjunturais.

Visando o processo de construção dos autores sociais, ““seu trabalho subterrâneo de ação e (re) produção cotidiana””, Silva destaca que a ação coletiva é um processo construído através da articulação entre três variáveis: a intenção, as oportunidades e os condicionamentos. Dessa forma a ação coletiva tem que ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, sendo assim os movimentos sociais urbanos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de oportunidades e limites.

A ação não é então mero resultado da vontade nem se dá no vazio. É necessário que se leve em conta os aspectos que contribuem para a ocorrência e aqueles que tendem a dificultar a criação de atores coletivos, esses aspectos constituem o “campo de possibilidades de ação”,

(campo de relações simbólicas, econômicas, políticas, culturais, institucionais) onde se inserem os indivíduos e grupos e que, potencializam ou obstaculizam o surgimento de atores. Nessa definição diferencia-se analiticamente dois tipos de elementos: as relações externas ao ator, ou “contexto da ação”, formada pelo campo no qual o ator está inserido e atua, com suas coerções e alternativas e as relações internas, os recursos que dispõe o ator, que são os elementos materiais, simbólicos e cognitivos, organizacionais enfim, todos os recursos acumulados pelo ator em sua trajetória e que podem ser mobilizados na realização de seu projeto.

Silva menciona ainda que ““a identidade coletiva dos movimentos sociais urbanos é construída tendo por base a experiência de classes populares””, da qual se destacam os seguintes aspectos:

A centralidade do local de moradia, enquanto fundamento das representações sobre a realidade e dos projetos de ação sobre ela; a experiência de uma trajetória de privações; a experiência de exclusão da condição de cidadão expressa no não-acesso a uma série de direitos básicos; a convivência com a heterogeneidade e desigualdade nos locais de moradia, que está na base das relações de poder que se instituem nesses espaços, produzindo hierarquizações entre indivíduos a partir de critérios socialmente construídos (estigmas valores e preconceitos) e da desigualdade de recursos e poder disponíveis (contato com ‘autoridade’, escolaridade, entre outros); a luta coletiva pela melhoria de condições de vida. (SILVA, 2002, p.31)

Os movimentos sociais urbanos tensionam as relações políticas instituídas buscando a abertura de espaços públicos para a expressão e disputas de demandas e a abertura de espaços públicos e para a intervenção ativa no processo de gestão pública.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

3.1. Primeira Etapa de Inserção na Pesquisa de Campo:

A Chegada na Vila Batista Flores

A primeira visita à vila Batista Flores se deu em maio de 2003 junto ao grupo que formava o projeto Regularização Fundiária: uma questão de cidadania (dois estudantes das Ciências Sociais, três da Geografia, e quatro da engenharia cartográfica). Nesta visita conhecemos a vila e alguns moradores, entre eles o seu José, conhecido como “Zezinho”, morador da vila que coordenava a mediação entre os moradores das ruas Raul Cauduro e A1 e a Defensoria Pública Estadual, sendo desta forma uma espécie de liderança informal que nos introduziu na vila.

Após esta visita, voltei à vila com o grupo durante as outras duas semanas seguintes para aplicar questionários junto aos moradores que haviam feito o pedido de regularização fundiária à Defensoria Pública Estadual, a fim de realizar um recenseamento sócio-econômico de algumas destas famílias. Nesta etapa o projeto era ainda embrionário e os grupos que faziam parte deste eram coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão, com a exceção do grupo da engenharia cartográfica que possuía um professor orientador.

O recenseamento tinha o intuito de identificar o perfil desta população, através do conhecimento da renda dessas famílias, do tempo de moradia na área, do número de pessoas em cada residência, motivos da vinda para a vila, etc. Para isso foi utilizado um questionário estruturado, aplicado na residência dos entrevistados.

Através dele foram coletados dados de quinze famílias, onde predominaram as com renda inferior a quatro salários mínimos (doze entre quinze ou 79%). Dez (66%) destas famílias moravam na área há mais de quinze anos e metade destas (33%) a mais de vinte anos. A média obtida do número de pessoas em cada moradia foi de 3,3.

Todos os donos dos terrenos vieram do interior do Rio Grande do sul ou de outros estados. Dez (66%) famílias não possuía casa própria anteriormente, morando de aluguel ou em moradias de outros (parentes e amigos). Quando questionados sobre a forma de ocupação do terreno, todos responderam que o haviam comprado. Quanto ao motivo de migração para a vila Batista Flores 66% (10) dos entrevistados disseram que haviam se mudado pela oportunidade de ter uma moradia, os outros 34% informaram que haviam se mudado pela oportunidade de trabalho nas proximidades da vila.

Todas as casas dos moradores entrevistados possuíam luz elétrica, rede de água e esgoto fluvial (não há esgoto cloacal) e eram beneficiados pela coleta de lixo.

Sobre a possibilidade de “remoção” (transferência para outra área devido a impossibilidade de regularização) os entrevistados responderam que gostariam de permanecer na área que ocupavam, 66% deles responderam que não gostariam de sair do local em nenhuma hipótese e 34% disseram que só sairiam se fosse para um local melhor.

3.2. Segunda Etapa de Inserção na Pesquisa de Campo: O Início do Trabalho Etnográfico.

A busca por orientação para os outros dois grupos (Geografia e Ciências Sociais) se deu durante o mês de junho de 2003, neste período iniciou a minha orientação pela

professora Cornelia Eckert e a perspectiva de um trabalho etnográfico na vila Batista Flores, juntamente com o bolsista André Vicari (IC Fapergs no Navisual/PPGAS/UFRGS).

O exercício etnográfico iniciado no final junho de 2003 começou pela chegada de ônibus na vila, antes disso todas as idas à vila tinham sido feitas através do transporte cedido pela Defensoria Pública Estadual.

Essa chegada foi de certa forma conturbada, pois devido a um equívoco, o ônibus que deveria nos (eu e o André) levar a vila nos deixou em outro lugar, do qual eu possuía um vago conhecimento e lembrança. Esse equívoco se mostrou positivo, pois possibilitou-nos um maior conhecimento sobre as vilas que formavam o bairro Mário Quintana e sobre as pessoas que moravam nelas, assim como das idéias que as pessoas de fora (que não moram nessas vilas) tinham das mesmas.

Ao descer do ônibus vi que eu conhecia aquela paisagem, mas devido a sua vastidão - era um descampado - ela não me trazia grandes recordações. Nas ocasiões anteriores a imagem que eu construía ao aproximar-me da paisagem, com transporte da Defensoria Pública, era diversa e percorria um caminho “oficial” e direto no “centro” da vila. Já nesta ocasião de inserção, entrei na vila através de um caminho diferenciado, percorrendo uma vila vizinha, caminhando por lugares que pareciam mais de uma zona rural do que de Porto Alegre, visto que eram campos cercados com cavalos, vacas, galinhas, patos e outros animais típicos de áreas rurais. Não reconhecendo primeiramente a paisagem, me questionei sobre a possibilidade de ter errado o caminho para a vila, resolvi então voltar junto com o André ao fim da linha do ônibus em que havíamos chegado e perguntar para alguém de que forma poderíamos chegar na Vila Batista Flores. Chegando lá, uma senhora nos explicou de que forma chegaríamos na vila. O cobrador do ônibus que havíamos pego, nos alertou dizendo que não deveríamos fazer este caminho. Essa atitude do cobrador expressa as idéias pejorativas e negativas, que as pessoas de fora têm sobre a população de vilas de classe popular. Para essas pessoas, nas vilas de classe popular vivem somente pessoas perigosas e adentrar nessas vilas seria um risco para qualquer um, especialmente um estudante universitário.

Após uma caminhada pela via que nos levaria até a vila Batista Flores , segundo as informações que a senhora havia nos dado (via esta estreita, sem calçada, e que apesar de possuir paradas de ônibus, não havia nenhum indício de que passasse algum ali) chegamos a uma Escola. Passando por ela avistamos uma via que mais parecia a entrada de uma chácara e que não possuía qualquer semelhança com a Vila Batista Flores, resolvemos então, perguntar para as pessoas que moravam ali como poderíamos chegar na Vila Batista Flores. Primeiro, perguntamos para uma senhora que estava na frente da sua casa, ela nos informou que estávamos na Vila Wenceslau Fontoura e que apesar de não saber nos dizer como poderíamos chegar na Vila Batista Flores, disse que deveríamos perguntar na escola, já que lá, segundo ela : “eles têm o mapa de tudo”. Fomos a escola e perguntamos para o encarregado da portaria. Ele informou que deveríamos “subir o morro” pelas vias não asfaltadas até chegar a uma rua asfaltada. Subimos o morro pelas vias não asfaltadas esperando que no seu topo encontrássemos a vila , mas ao chegarmos na rua asfaltada vimos que esta era uma via sem saída. Decidimos então continuar subindo até encontrar um vendedor de bergamotas, resolvemos perguntar a ele como chegaríamos a vila Batista Flores, ele pensou, falou com um morador da rua em que estávamos e nos disse que deveríamos continuar a subir que logo chegaríamos à vila.

A medida que subíamos o morro, as condições das moradias e de infraestrutura das ruas foram melhorando. Ao chegar no fim da subida avistei um templo evangélico e então reconheci que havíamos chegado finalmente à Vila Batista Flores, visto que em minhas primeiras idas a vila já havia notado a presença desta construção. Mesmo assim procurei chegar até uma avenida que demarcava o começo da vila para ter certeza. A partir daí constatei que realmente havia chegado ao local desejado.

Começamos a caminhar então pelas ruas da vila na quais se realizariam os nossos trabalhos etnográficos, a avenida Figueira, uma descida totalmente asfaltadas com calçadas grandes e não muito bem definidas. Nela moram a maioria das famílias que estavam pedindo a regularização das casas através do instrumento de usucapião.

A medida que descíamos essa rua, íamos observando e analisando as moradias e as suas condições. As condições das moradias eram heterogêneas, algumas de alvenaria e muito bem acabadas, outras de madeira e simples, algumas mistas (de alvenaria e de

madeira) e algumas ainda pareciam inacabadas ou “feitas pela metade”. No fim da rua se localizavam as moradias mais simples , fato que é bem contrastado quando se verificava um pouco mais acima da rua uma casa azul que parece estar fora da realidade de uma vila irregular, pois ela era muito grande, estava sobre um terreno grande, possuía um ótimo acabamento e era protegida com portão eletrônico. Ainda no fim da rua Figueira na sua junção com a rua A1 localiza-se um uma “valão”, esgoto a céu aberto, que possui um grande cano que escoo o esgoto e a água que se acumula no beco sem saída localizado na rua A1.

Subindo a rua A1, localizada acima deste valão ou esgoto a céu aberto, notava-se que as moradias eram mais precárias assim como as condições da rua que não é asfaltada e não possui calçada. A maioria das casas são protegidas por cercas e grades, todas possuem vários números, algo comum na vila, já que todas as casas tinham um número referente CEEE outro ao DMAE e muitas vezes até um terceiro número o qual não se tem nenhuma referência, visto que não seguiam qualquer padrão. Levanta-se a hipótese de que estes números serviriam para os moradores demonstrarem que a sua ocupação do local, ainda que impossível de ser confirmada judicialmente, era referendada por órgãos do poder público, neste caso DMAE e CEEE .

No fim da rua A1 se localiza um beco sem saída que também é uma pequena via em declive , asfaltada tendo no seu fim uma moradia que a interrompe. A partir deste beco termina a rua A1 e começa a rua Raul Cauduro, que é paralela a rua Figueira, que como ela, é asfaltada, mas com calçadas bem definidas e tendo moradias de condições heterogêneas. A vila tem como um dos seus limites o fim da rua Raul Cauduro.

Esta é a área que esta sendo recentemente regularizada através de processos individuais de usucapião urbana junto a Defensoria Pública Estadual.

3.3. A Vila Batista Flores

A Vila Batista Flores é uma vila irregular formada por mais ou menos 628 domicílios segundo a prefeitura municipal(DEMHAB, 2000), localizada na zona Nordeste de Porto Alegre, na periferia geográfica da cidade, perto da divisa com o município de Alvorada. Nela vivem pessoas de diferentes extratos econômicos, predominando os de baixa renda, o que não impede que hajam casas típicas de classe média.

Ela tem sua entrada e ligação principal com a cidade através da Avenida Martin Félix Berta, uma grande avenida pavimentada que liga a avenida Baltazar de Oliveira Garcia à Protásio Alves.

Em torno da Vila Batista Flores , se estendem numerosas vilas que hoje formam o bairro Mário Quintana. Vilas essas formadas na sua maioria de forma irregular ou criadas pela prefeitura para a colocação de famílias removidas de vilas irregulares de outras partes da cidade .

A vila Batista Flores tem seus limites bem definidos, a avenida Martin Félix Berta a oeste (divisa com a vila Valneri Antunes), a sul a Avenida Figueira (divisa com vila Safira Nova), se estendendo até a divisa com a vila Wenceslau Fontoura a norte e leste.

A pesquisa que desenvolvi para este trabalho de conclusão foi realizada junto à famílias que moravam em uma área da Batista Flores que compreende a avenida Figueira e as ruas Raul Cauduro e A1, área esta a qual a maioria dos moradores busca regularizar seus terrenos através da Defensoria Pública Estadual. Esta área possui mais ou menos 65 residências, sendo que a sua maioria se localiza na avenida Figueira (35).

Os primeiros moradores desta área chegaram no final da década de setenta, quando compraram seus terrenos a preços irrisórios sem saber que a área era irregular, pois se tratava de uma área particular que foi loteada sem o consentimento dos proprietários. Os moradores tomaram conhecimento desta situação de irregularidade somente quando os herdeiros passaram a os ameaçar de despejo, através de processos de reintegração de posse no final da década de 1980.

Quando os primeiros moradores chegaram, os terrenos não possuíam nenhuma infraestrutura, não havia luz elétrica, água encanada e esgoto, tudo era “puxado” ilegalmente de vizinhos de outras vilas. Não haviam ruas, nem linhas de ônibus que atendiam a população da área, o ônibus mais próximo passava a cerca de dois quilômetros da vila e os terrenos eram tomados pelo mato. O loteamento era uma área virgem sobre a qual os moradores auto-construíram¹ suas casas, como se observa no relato do seu “Zezinho” um dos primeiros moradores da vila que se tornou um importante informante nesta experiência etnográfica. Seu José, seu “Zezinho”, tem 61 anos, aposentado, e é morador da vila há 23 anos. Seu relato explica que:

[...] eu vim morar no meio do mato porque era meu né. A gente conseguiu comprar. Passamos dificuldades porque não tinha água, não tinha luz, não tinha ônibus. O ônibus demorou quatro anos pra chegar no loteamento.

Não tinha luz nem água. Aí nós pegávamos emprestado de outras vilas. Aí era, por exemplo, emprestavam pra nós e aí chegava um vizinho com criança pequena e pedia pra gente. Quando tomava banho um tinha que dizer: ó, vou tomar banho. Quase nem podia botar um chuveiro, era muito ruim, porque caía muito a luz. Até que a CEE, em 15 dias, a CEE viu. Aí colocou aquele poste lá em cima, aí começou cada um a colocar um poste. Eles não pertencem ao nosso loteamento mas eles se estendem até lá embaixo, até na ponte. Aí foi quando a CEE viu que era vantagem colocar né, mas o DMAE custou mais. A gente ficou muitos anos com água emprestada.

Quase todos os moradores desta área são descendentes de trabalhadores agrícolas, mas nas suas histórias recentes viveram em áreas urbanas, tendo se mudado para Porto Alegre há mais de vinte anos e para vila há mais de quinze. Muitos desses moradores moraram em várias localidades de Porto Alegre, de aluguel ou em moradias de outros (parentes e amigos), sendo a possibilidade de ter uma casa própria o principal motivo para vir morar na vila Batista Flores.

~~— A maioria dos moradores~~ mais antigos tem uma escolaridade que não passa da quarta série fundamental, em contra-partida seus filhos e netos já possuem níveis de escolaridade mais altos, sendo que em algumas famílias mais estabilizadas e com maior poder aquisitivo (em torno de cinco salários mínimos), alguns filhos possuem curso superior incompleto ou completo. Na sua maioria porém os filhos dos moradores possuem nível fundamental completo, pois próximo a vila existem duas escolas de ensino fundamental, e alguns cursam ou possuem nível médio, tendo de estudar em escolas de outros bairros.

A maior parte dos primeiros moradores desta área da Vila Batista Flores são hoje de aposentados recebendo em torno de dois salários mínimos em média. Os demais ou estão desempregados ou não possuem emprego estável. É muito comum na vila que filhos desempregados vivam na casa dos pais já aposentados.

¹ Processo de construção da casa pelos próprios moradores, pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, ou ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado.

A maior dificuldade pela qual esses moradores vieram a passar ocorreu no final da década de 1980, quando descobririam que viviam irregularmente na área e que não tinham garantias de permanência no local, nesta época a situação da vila já havia melhorado. Através da ação e da luta dos moradores, a vila já possuía luz elétrica, transporte coletivo, abastecimento de água, mas havia ainda muito por fazer e muitas eram suas reivindicações.

Ao longo dos anos seguintes desenrolou-se uma batalha jurídica entre os herdeiros dos terrenos e os moradores que os compraram, que se estende até o presente momento. Nela muitos moradores sofreram a pressão e o perigo de serem despejados e devido a este perigo muitos ainda acabaram por negociar novamente o pagamento pelos seus terrenos.

Muitos moradores mais recentes, porém, vieram para vila sabendo da sua irregularidade, visto que ela era a única área que possibilitava a construção de suas moradias a um custo baixo.

A diferença entre os moradores mais antigos e os mais recentes é visível, visto que a maioria dos primeiros estão mais estabilizados, possuem uma melhor posição social e uma maior socialização com a comunidade, enquanto que os últimos são os mais pobres, possuem as casas mais precárias, normalmente localizadas em áreas que não podem ser regularizadas, estando muitas vezes separados dos outros moradores, sendo reconhecidos como “invasores”.

3. 4. A Familiarização com o Cotidiano da Vila

Ao longo das idas semanais à vila Batista Flores que se deram entre junho e novembro de 2003 foram estabelecidas relações com alguns moradores através de aproximações, conversas informais e entrevistas, a partir destas relações é que se tornou possível esta pesquisa. Alguns moradores se destacaram como é o caso do seu José “Zezinho”, líder informal da parte da vila que compreende as ruas Raul Cauduro e A1, que além de um dos mais antigos moradores é engajado na luta pela melhoria das condições da vila e pela sua regularização.

O seu “Zezinho” mora num beco que se localiza entre as ruas A1 e Raul Cauduro, em uma casa de alvenaria construída por ele próprio com a ajuda de familiares e amigos e que está em constante transformação. Ao longo das conversas e entrevistas contou como superou as dificuldades devido a sua condição de anão e de ter vindo da Bahia para trabalhar no sul,

enfrentando mais tarde todos os problemas que a falta de infra-estrutura da vila traria para sua vida. Exaltou a sua liderança quando da busca por um advogado para manter os moradores na área opondo-se aos proprietários que haviam movido a ação de reintegração de posse, quando sozinho, depois da desistência de todos os moradores, ganhou a causa e adquiriu toda esta área da vila no processo, dividindo posteriormente ela entre os moradores ali estabelecidos. Morando com a sua esposa, também mãe e a filha de 23 anos, seu Zezinho, hoje aposentado, já com 63 anos, age como mediador entre a defensoria pública e os moradores das ruas A1 e Raul Cauduro.

Outro morador, com qual se estabeleceu um longo diálogo através de uma entrevista e diversas conversas sobre a questão da regularização dos terrenos e sobre a história da vila, foi o seu Antônio, marceneiro aposentado de 58 anos, de Santo Antônio da Patrulha, que se mudou para a vila há quatorze anos, apesar de ter comprado o terreno há quase vinte, utilizando-o inicialmente como plantação. Seu Antonio vive com sua esposa e dois filhos em uma casa relativamente grande de dois pisos de alvenaria, com um enorme pátio onde planta vários tipos de frutas e verduras. Ele é um dos moradores mais próximos ao acompanhamento da ação da Defensoria Pública e a luta pela regularização, tendo uma trajetória de líder comunitário em outras localidades. Buscou ao longo dos anos junto aos poderes públicos, inclusive como um dos líderes da articulação entre os moradores das vilas da região junto ao orçamento participativo, a reivindicação de melhorias e a regularização fundiária. Na vila moram ainda sua irmã e seu sobrinho. Devido ao seu grande envolvimento nas questões políticas da vila ele, junto com o seu Zezinho é um dos moradores mais conhecidos, servindo como mediador entre os moradores da Avenida Figueira e a Defensoria Pública Estadual. Devido ao seu grande envolvimento nas questões políticas da vila ele também é muitas vezes criticado pelos outros moradores no que diz respeito as suas atitudes ou promessas feitas.

Com a grande contribuição destes dois moradores, que além das informações, possibilitaram uma maior interação com os moradores da vila, outras entrevistas foram realizadas também com o seu Adão e sua esposa Aldenora, seu Sionézio e sua esposa Marina, seu Dinardi, dona Elínea, dona Leonor (não gravada) e o seu Heitor (não gravada).

Seu Adão e a esposa Aldenora são dois aposentados que vivem com um dos filhos que está desempregado, em uma pequena casa de alvenaria, com um jardim bem trabalhado. Morando há mais de quinze anos na vila, nas nossas conversas contaram como haviam vindo morar na vila devido a oportunidade de adquirir uma casa “própria”, de como ficaram felizes com o terreno que, devido ao tamanho, “possibilitava plantar árvores” e com a vizinhança que era muito prestativa e amigável.

O seu Sionézio, trabalhador desempregado e sua esposa Marina, dona de casa, vivem com os três filhos e uma neta, em uma pequena casa de madeira na Avenida Figueira. Natural de Tubarão-SC, seu Sionézio morou em outras vilas de Porto Alegre, vindo morar na Batista Flores, no “desespero” segundo seu relato, após perder o emprego devido a um acidente de trabalho. Ao longo das nossas conversas e entrevista contou como era a vila anteriormente, sem calçamento, sem rua asfaltada e cortada por um riacho. Contou também que não havia reformado a sua casa por temer que a pudesse perder para os proprietários da área. Na visita em que foi realizada a entrevista com ele e sua esposa, ele mostrou uma fita caseira de família para que eu e o André, víssemos como era a vila anteriormente.

Uma das pessoas que mais tivemos (eu e o André) contato foi o seu Dinardi, enfermeiro aposentado de Santa Catarina, que havia morado em vários lugares do Brasil antes de vir morar em Porto Alegre e na vila. Ele vive sozinho em uma pequena casa de madeira construída por um amigo, cercada por uma grade elétrica, na Rua A1. Durante todas as nossas visitas fomos muito bem recebidos em sua pequena casa, que nos surpreendeu, pois tinha seu espaço super-aproveitado, surpreendendo-nos também pela sua funcionalidade. Durante essas visitas, ele nos disse que já havia construído quatro casas no mesmo terreno e que faria uma nova em breve, deduzimos daí o motivo para que a sua casa tivesse essas características. A sua casa possuía no pátio uma horta e uma parreira nos fundos, havia ainda um fogão a lenha que ele utilizava normalmente para fazer o almoço em dias de sol.

Em todas nossas visitas foi-nos oferecidos um lanche e muitas vezes até convites para almoços e churrascos. Seu Dinardi nos contou que possuía vários terrenos na vila e que os havia vendido, ficando com apenas dois, um em que morava e outro que possuía uma casa que ele alugava. Nos seus relatos notou-se a sua indiferença com a questão da irregularidade e a sua vontade de não tentar a regularização pois isso poderia lhe acarretar problemas.

Com a dona Elínea tivemos um rápido contato pois, ela nos atendeu no portão, ainda que no mesmo nos concedesse uma rápida entrevista, nela disse que não gostava de morar na vila por causa dos vizinhos, que faziam muito barulho a noite. Relata que veio para a vila porque era uma oportunidade de adquirir uma casa, visto que ela e o marido que moravam no interior junto com os pais dele, viviam mal e que devido ao grande número de irmãos deste, seu marido não herdaria terras, optando assim por vir para a cidade.

Dona Elinea, apesar de não gostar de morar na vila “da sua casa para fora”, gostava de trabalhar em seu jardim nos fundos da casa, o que lhe traria um motivo para continuar morando ali até que a regularização fosse feita para que depois pudesse vender sua casa e se mudar para o litoral.

O contato com a dona Leonor se deu através de três visitas a sua casa, duas em que conversamos com ela, sobre a sua história na vila e uma onde realizei uma entrevista rápida, que devido a problemas com o gravador não foi gravada. Dona Leonor uma senhora de 69 anos, nascida em Jaguari-RS, que vive com sua neta, nos recebeu sempre com um café e com muito boa vontade, contando histórias, da sua chegada na vila há vinte quatro anos atrás, quando quase não haviam moradores, de como foi abandonada junto com a filha pelo marido e de como sofreu com as ameaças de despejo que os proprietários da área faziam a ela. Devido a sua idade e problemas de saúde tivemos que cancelar inúmeras vezes entrevistas marcadas, sendo que a entrevista realizada foi feita de forma rápida e já na fase final da pesquisa.

Por último destaco o entrevistado seu Heitor, pequeno empresário, dono de uma fábrica localizada ao lado da sua casa. É um morador que se mostra em franca ascensão econômica, reformando a sua casa na rua Raul Cauduro, vislumbrando a regularização do seu terreno. Relatando sobre a reforma da sua casa, disse que não poderia arrumar muito a parte exterior pois, os vizinhos poderiam ficar com inveja e porque ele poderia passar a ser visado pelos “bandidos” das redondezas.

Ao longo da pesquisa foram estabelecidos ainda contatos rápidos com outros moradores, na aplicação dos questionários e em rápidas conversas informais onde incluo a dona Florinda, moradora do beco da Rua A1 que possui uma pequena loja na vila, o seu Ivo e a dona Lurdes moradores da rua Figueira, a dona Eloir, moradora da rua Raul Cauduro,

Marisete, uma das moradoras mais recentes e o seu Wilmar, outro morador recente, que possui uma casa de dois pisos na rua A1, entre outros.

CONDIÇÕES DE VIDA E DIFICULDADES COTIDIANAS

4.1. O Cotidiano e a Irregularidade

Nos relatos dos moradores sobre o cotidiano e histórias familiares constata-se as dificuldades enfrentadas desde a chegada na vila, quando esta não possuía nenhuma infraestrutura urbana e os problemas que a irregularidade fundiária traria para suas vidas, tendo em vista as constantes tentativas de despejo realizadas pelos proprietários da área onde se localiza a vila.

Os moradores temem investir em suas casas, ainda que muitos invistam para obter conforto, visto que podem perdê-las a qualquer momento. Ultimamente porém, com o recente processo de regularização, alguns moradores já passam a investir mais em suas casas. Retomando a análise de José Carlos Dos Anjos (1993) referente aos moradores de vilas irregulares e a disposição deslocável, relacionamos esta a condição na vila estudada visto que é revela a tensão entre a exigência de conforto e estética e a necessidade de manter a casa como um dispositivo deslocável sem grandes perdas. Maria Helena Sant'Ana (1997) também demonstra essa característica da habitação em áreas irregulares quando fala em “lógica da habitação reciclável”.

Dessa forma podemos ver que há uma tendência nômade entre as pessoas que vivem nessas vilas. Mas essa “disposição para o deslocamento é variável conforme a trajetória de cada família” (DOS ANJOS, 1993, p.74). Dando-se como exemplos de famílias com aspirações sedentárias, aquelas que têm uma perspectiva de consolidação de uma situação sócio-econômica estável vinculada aos recursos que a vila pode oferecer: localização, presença de posto de saúde, transporte coletivo, etc.

O cotidiano desses moradores está então constantemente perpassado pela questão da irregularidade e pelo medo da perda de seu terreno e de suas casas para os proprietários da área e pela ação reguladora do Estado.

A dona Leonor, que mora há vinte quatro anos na vila, conta como os proprietários destruíram sua plantação e seu jardim em um terreno vazio vizinho, dizendo que aqueles terrenos eram deles e que futuramente iriam inclusive tomar a sua casa, relatou ainda como alguns moradores foram despejados.

Outro morador, o seu Antônio, relata que após vir morar na vila, os proprietários entraram com uma ação de reintegração de posse e ele foi obrigado a negociar um novo pagamento do terreno.

Aí foi quando eu comprei isso aqui, eu comprei, quando chegou em 93, aí os herdeiros entraram na justiça, reintegração de posse. Aí em 93, eu não me lembro se em junho ou julho, no meio do ano, de dez ações de reintegração os herdeiros ganhavam 3 e perdiam 7. Aí eu fui procurar os herdeiros, pra negociar.

Dona Elínea, outra moradora, diz que até hoje os proprietários ainda fazem ameaças: “*“ Eles moram aqui pertinho. De vez em quando dão um sustinho na gente: Vocês vão ter que sair daqui, vocês vão ser despejados.”*”

Seu José, o “Zezinho” também relata sobre as ameaças dos proprietários:

Diziam que iam nos tirar, que nós tínhamos que pagar de novo, que não iam indenizar porque nós já tínhamos casa, porque para nós é uma casa de gente pobre, vamos dizer pobre agora a gente melhorou um pouco. Então eles ameaçavam, tanto valor para uma casa, tanto valor para outra. Quanto melhor a casa maior o valor eles pediam pelo terreno.

Define-se essa experiência de medo que ameaça o sonho dos moradores de estabilidade em uma casa própria, como uma forma de “violência simbólica”, pois estes ficam sujeitos a perderem seus terrenos e moradias e dependem do trabalho jurídico e da ação do Estado do qual não possuem qualquer conhecimento ou controle, estando, dessa forma, sujeitos a ele. Pierre Bourdieu destaca em seu capítulo “A Força do Direito” que aqueles que não possuem uma competência jurídica, competência esta específica de profissionais da luta jurídica, “*“estão condenados a suportar a força da forma, quer dizer, a violência simbólica que conseguem exercer aqueles que sabem pôr o direito do seu lado”*” (BOURDIEU, 2001, p.250).

Os moradores mais pobres e novos na vila são os mais sujeitos a este tipo de violência, visto que, possuem menos condições de reivindicar junto aos poderes públicos a sua permanência, isso quando podem, pois muitos vivem em áreas que não podem ser regularizadas pela Defensoria Pública e porque estão menos socializados com os outros moradores que mantêm uma precária organização grupal organizada por duas lideranças

informais que mediam a ação entre Defensoria Pública e os moradores da vila .

Estabelece-se então dentro da vila uma distinção entre os moradores mais antigos e que estão fazendo o pedido de regularização e aqueles que não podem utilizar este instrumento por morarem em um terreno que não pode ser regularizado (área de risco, área verde). Há ainda alguns moradores que com medo de que possam ser removidos não procuram os órgãos públicos, mesmo sem saber se seu terreno pode ou não pode ser regularizado.

Esses moradores que não podem ou temem regularizar seus terrenos moram na parte mais precária da vila, em cima de um valão, canalização de um riacho que antes atravessava a vila, onde se despejam alguns detritos dos esgotos. Este fato os impediria de permanecer no local. Alguns moradores que estão regularizando seus terrenos os definem ainda como “invasores de rua” , fazendo referência a área destinada a abertura da Avenida Figueira até Viamão, planejada no Plano Diretor de Porto Alegre, dimensionando-se diferenças e distinções internas ao grupo como propõe Pierre Bourdieu a partir de ações identitárias contrastivas (BOURDIEU,1992)

Por serem moradores relativamente novos na vila, o que os torna menos ligados aos outros e pelo fato de morarem em uma área que anteriormente era ocupada por moradores que foram removidos a contragosto e com muito conflito, tendo havido até ameaças de morte às lideranças que mediarão a tratativa de remoção (os moradores que foram removidos anteriormente afirmavam que teriam que sair dali porque os moradores da parte mais alta da rua não queriam viver com “pobres”), a sua relação com os outros moradores da vila é difícil.

Nos relatos dos moradores da Rua A1, rua que é ligada à avenida Figueira por uma pequena e precária ponte de madeira que atravessa o riacho, rua de terra, sem calçada e ladeada por uma de fazenda com enormes eucaliptos que com a ação da chuva e devido à abertura da rua oferecem riscos de desabarem sobre as casas dos moradores, foram constatados a indiferença em relação à regularização dos terrenos e o medo implícito da perda deles, caso se buscassem os órgãos públicos para a tentativa de regularização e a negativa destes.

4.2. A Ligação entre os Moradores e a Vila

Apesar da constante tensão, dos riscos de despejo, alguns até concretizados, e do conflito com os proprietários, os moradores reivindicam a permanência no local. Quando questionados sobre o desejo de morar em outro lugar ou sobre a possibilidade de transferência para outra área, um número expressivo de moradores responderam que gostariam de permanecer na área que ocupam. A maioria deles disse que não gostaria de sair do local em nenhuma hipótese e apenas uma das famílias questionadas disse que sairia se fosse para um local melhor, reclamando do mau relacionamento com os vizinhos. Mesmo aqueles que têm a possibilidade de morar em outras áreas da cidade mais próxima do centro ou em locais juridicamente regulares adquiridos privadamente também visam a permanência.

O tempo de moradia, as relações estabelecidas entre os moradores vizinhos em anos de vivência, os fatos e dificuldades enfrentadas e as lutas junto aos poderes públicos para a melhora da sua situação, enraizados na memória dos moradores foram colocados como os principais motivos para a vontade de permanecer na vila.

Essa idéia de pertencimento a vila, se expressa no tempo de moradia na área (muitos moradores moram há mais de vinte anos nela) e na memória das dificuldades enfrentadas desde a chegada na vila quando não havia água, luz.

A memória se pauta também pela luta dos moradores para a melhora destas condições, como das redes estabelecidas para puxar água e luz clandestinamente, na construção pelos próprios moradores das suas casas, na colocação de postes de luz, na construção particular do esgoto, na tentativa de regularização da situação dos terrenos e as seguidas frustrações que estas tentativas geraram.

A vila em si é também vista como um lugar privilegiado por ser um lugar mais tranquilo que as áreas mais centrais da cidade, possibilitando práticas tradicionais interioranas e rurais, visto que a maioria dos moradores veio do interior do Estado ou de outros Estados.

É comum que os moradores tenham jardins e hortas, alguns possuindo um número grande de verduras e frutas de consumo próprio. A possibilidade de ter um espaço para essas atividades e a tranquilidade da vila são colocados como as principais vantagens de se morar nela.

Um dos moradores, o seu Sionézio, disse que cada vez que chegava na vila tinha a sensação de estar no interior, pois a vila “era calma, tranqüila”. Seu Adão e sua esposa Aldenora, disseram que escolheram a vila devido a possibilidade de ter um pátio para plantar e ter um jardim.

Achamos uma vantagem, porque era um terreno grande, terreno bom. Nós tivemos negócios de outras casinhas por ali, mas a casinha, como diz, só a casinha e pouca coisa. Isso aqui não, isso aqui é terreno grande, lugar pra plantar arvoredo, aumentar a casa se quer. A gente se dá bem com os vizinhos até hoje. (Adão)

A dona Elínea que gostaria de sair da vila para morar em um lugar melhor, devido ao mal relacionamento com os vizinhos, destaca como vantagem da sua casa, a possibilidade de ter um pátio onde pode cultivar. ““Eu acho que é bom, do meu portão pra dentro. Que eu planto lá atrás, me divirto lá atrás e limpo todo o dia mas do portão pra fora eu não gosto.””

Essa visão da vila não aparece sem contradição com a idéia que a sua modernização e urbanização, como os moradores dizem: sua “ligação com a cidade”, seja um objetivo a ser conquistado e desfrutado, representando o reconhecimento da sua cidadania e da propriedade sobre os terrenos .

Essa perspectiva se assemelha as idéias de “dinâmicas sócio-espaciais” colocadas por Marlucci Menezes (2000) como presentes na construção de “identidades sócio-locais” por parte de moradores de bairros de Lisboa em processo de remodelação. Ela destaca uma dinâmica interna (local) que refere-se: ““[...] à lógica de produção e reprodução das dinâmicas sócio-locais e à especificidade e peculiaridade das ações/práticas simbólicas de uso, apropriação e arranjo do espaço””(MENEZES, 2000 p.165). E uma:

[...] dinâmica que remete para questões mais externas (globais). Neste sentido observa-se que os habitantes destes bairros se projetam numa sociedade global e de consumo, investindo (na medida do possível) na promoção de seu estatuto sócio-econômico, na melhoria das suas condições habitacionais e numa maior mobilidade sócio-espacial – nas suas referências simbólicas e cognitivas são introduzidas as idéias de conforto, modernidade, facilidade de deslocação, etc. (MENEZES, 2000, p.165)

Dessa forma como dinâmica interna (local) os moradores visam que a vila continue sendo um lugar tranqüilo e que possibilite práticas interioranas e rurais, ao mesmo tempo, tendo em vista uma dinâmica externa (global), os moradores buscam a melhoria da infraestrutura urbana da vila, a sua modernização e principalmente sua ligação com o resto da cidade através do transporte público e meios de comunicação de massa. Assim como mais adiante afirma Menezes (2000, p.166) :

[...] os habitantes mais antigos para além de aspirarem valores mais globalizantes e de classe média, também se apóiam nas suas memórias, tradições rituais e no arranjo do seu território para explicar seus locais de vivência e afirmarem a sua pertença territorial.

Essa idéia de modernização da vila é também influenciada pelas idéias exteriores (das pessoas que moram em outros bairros) sobre a vila, visto que alguns moradores disseram que tinham problemas para trazer amigos e as vezes até parentes para visitá-los, porque estes achavam a vila muito feia e perigosa. A maioria porém desses moradores diz que essa recusa das pessoas em conhecer e ir a vila se dá por causa das vilas vizinhas que são “mais pobres”, “feias” e formadas por pessoas removidas de outras vilas de Porto Alegre.

A urbanização e a modernização são desejos que aos poucos foram e estão sendo conquistados, mas ao mesmo tempo que desejados, foram conquistados com dificuldades e muita luta por parte dos moradores.

4.3. Identidades Contrapostas

Como foi apontado anteriormente estabelece-se na vila por parte dos moradores uma diferenciação entre os antigos e recentes, entre os que estão regularizando e os que não podem ou temem regularizar, entre os moradores da vila e os das vilas vizinhas. Se existe uma situação comum de irregularidade compartilhada entre os moradores, há uma diferenciação interna, ou seja, diferenças entre eles. Nesse sentido ser um morador de uma vila irregular e da classe popular não implica numa caracterização homogênea. Rege entre eles um código e princípios de construção de diferenciação em relação ao outro.

Alinha-se assim com Bourdieu, quando ele diz:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provém do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos de outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes. (BOURDIEU, 1992, p.14)

Além de haver então, uma diferenciação nas representações dos moradores sobre sua condição de vida em relação a setores médios e altos da estrutura social, estabelece-se ainda uma diferenciação entre grupos dentro de uma mesma classe e condição.

As relações sociais entre os moradores se mostram muitas vezes conflitivas, onde são enfatizadas diferenças não só através de uma distinção econômica, mas também ““de estilos de vida que diferenciam grupos de status”” (ECKERT, 1985, p. 473) . Diferenciação esta vinculada a ““aproximação e afastamento de um padrão de vida da classe dominante, de seus valores e ideologias”” (ECKERT,1985, p.474).

É assim que os moradores mais antigos e que moram nas áreas em processo de regularização buscam se diferenciar daqueles mais recentes e dos que não podem ou temem regularizar seus terrenos, definindo-os como os “os de fora”, “invasores de rua”, estabelecendo assim uma hierarquização de status entre esses grupos.

Esses antigos moradores tendem a valorizar como características positivas as relações estabelecidas, a sua organização, participação e liderança nas lutas pelas melhorias na vila , assim como a sua condição de portadores da memória da formação e das transformações acontecidas na vila em contrapartida aos outros, “os vileiros desorganizados”, “os invasores de rua” delimitando assim um estilo de vida diverso destes outros grupos.

Considera-se a posição do grupo na estrutura social, retendo o sentido de trajetória social. A formação do grupo e a identidade social reelaborada na memória coletiva são indicativos da consciência de pertencimento a “um mesmo mundo”, que exterioriza fronteiras sociais em relação a grupos externos.

Os antigos moradores enfatizam então valores simbólicos e materiais que os identificam, e neste sentido, delineiam um estilo de vida diverso dos outros grupos.

Moradores em busca da Cidadania

5.1. Ações Coletivas na Vila Batista Flores

A irregularidade que atinge os moradores não diz respeito somente aos terrenos, mas também a precariedade da infraestrutura da vila. Como já foi demonstrado, a vila logo da chegada dos primeiros moradores, no final da década de 1970, não possuía qualquer infraestrutura urbana, nem mesmo ruas abertas. Neste período os moradores construíram suas casas por conta própria e passaram a buscar junto aos poderes públicos, soluções para suprir suas carências.

Pelo fato de ser uma vila irregular, dessa forma ilegal, ao mesmo tempo que o Estado fazia vista grossa para esta irregularidade, estabelecendo um “pacto” não oficial em relação a essa área, legitimava o pouco ou nenhum investimento em infra-estrutura urbana, ao contrário do que acontece em áreas regularmente reconhecidas.

Questões como o fornecimento de energia elétrica e o transporte público foram os mais cobrados pelos moradores desde a sua chegada na vila. Devido a morosidade dos órgãos públicos em suprir essas necessidades, os moradores passaram a se organizar em torno de algumas lideranças informais que possuíam um maior conhecimento ainda que restrito sobre esses processos políticos.

A energia elétrica que era primeiramente “puxada” ilegalmente de outras vilas, foi a primeira a ter caráter regular, quando, segundo os moradores, a companhia de energia descobriu que perdia muito dinheiro, com a ligação irregular feita por eles. A partir daí foram colocados postes na entrada da vila. Coube posteriormente aos moradores construir privadamente outros postes para que a energia atingisse toda a área desta parte da vila.

Quanto ao transporte público, foi realizado um abaixo-assinado organizado por uma das lideranças informais da vila, onde moradores de diversas localidades inclusive de bairros distantes, entre eles parentes, conhecidos e colegas de trabalho dos moradores, além dos próprios assinaram e levaram à empresa que fazia o transporte nas áreas mais próximas da vila. Devido a quantidade de assinaturas a empresa passou a ter uma linha de ônibus nas proximidades da vila que atendia pessoas não só dela mas também de localidades vizinhas.

O esgoto foi construído do mesmo modo, privadamente pelos moradores e o abastecimento de água que era feito ilegalmente, foi regularizado depois de alguns anos, até mesmo as ruas foram abertas através do trabalho comunitário dos moradores.

A vila foi se modificando ao longo dos anos então, devido a ação dos moradores junto aos poderes públicos. Essas melhorias foram conseguidas através de abaixo-assinados, ações individuais e algumas poucas vezes através de instrumentos políticos formais. Todas essas melhorias não foram conseguidas porém, sem sacrifícios como demonstra o relato do seu Antônio, um dos moradores que mais participou destas reivindicações:

O esgoto era nosso, particular. Nós fizemos de PVC que vinha daqui e ia até lá embaixo. E a água, a água a prefeitura deu os canos e o povo pegou as picaretas e fez de picaretas, nem veio máquina fazer. E a rua foi paga por nós pra fazer, pra abrir. Depois a prefeitura botou asfalto, mas quem fez a rua fomos nós. Nós que contratamos um trator pra abrir a rua, a Figueira. A Raul Calduro, que era a antiga já estava aberta.

Aqui essa região foi toda criada assim. Feita tudo na base do sacrifício, como diz o outro, sempre com o chapéu na mão pedindo esmola. Mas foi uma esmola que foi lutada.

Apesar desta forma elementar de força política frente ao Estado, expressões de luta pela cidadania, os moradores têm um conhecimento limitado sobre as práticas políticas mais formais do Estado e do tecnicismo do mesmo no tratamento destas questões, alimentando assim uma dependência em relação as lideranças locais, técnicos e principalmente do Estado, visto como único capaz de garantir os meios de solução de suas demandas, revelando como demonstrei, recorrendo a Silva (2002, p.26), os limites da ação coletiva por parte dos moradores.

Isso fica claro quando uma das lideranças locais diz que os “vileiros são preguiçosos e desorganizados mesmo”, fazendo referência a pouca participação dos moradores da vila nas assembléias e na associação de moradores, assim como das assembléias do orçamento participativo.

Este fato acaba por criar um desequilíbrio de poder entre o Estado e os moradores, provocando uma dependência destes últimos de especialistas, ainda que esta dependência não seja aceita, mas questionada como se demonstra na ação dos próprios moradores para a melhoria das condições da vila. A questão da irregularidade, se encaixa dentro destas questões em que os moradores não possuem o conhecimento técnico necessário, dependendo quase que totalmente do poder público .

5.2. A Regularização Fundiária na Vila Batista Flores

Desde que os moradores tomaram conhecimento da situação de irregularidade, quando os proprietários passaram a entrar com ações de reintegração de posse no final da década de 1980, foi feita uma série de ações individualizadas para a busca da solução do problema dessa situação. Os moradores buscaram a contratação de advogados particulares,

a fim de regularizar ou no mínimo manter a sua moradia. Muitos conseguiram manter a sua moradia à medida que a maioria das ações na justiça dava ganho aos moradores, mas alguns também receberam ordens de despejo. Na questão da regularização, porém, não foi obtido nenhum resultado concreto.

Apesar da existência de um programa voltado para a regularização fundiária promovido junto a prefeitura municipal no início da década de 1990, a prefeitura não dispunha de recursos para atender essa demanda.

Mesmo quando da vigência do Orçamento Participativo, no qual a regularização fundiária poderia ser uma das prioridades designadas pelos cidadãos, os moradores da vila Batista Flores fizeram o requerimento de regularização em 1994, regularização esta que deveria ser realizada pelo departamento municipal de habitação (DEMHAB). Não obtendo resultados, e sem nenhuma resposta apresentada, os moradores passaram a buscar somente melhorias para a vila, buscando outros meios para conseguir a regularização de seus terrenos.

O Orçamento Participativo, instrumento considerado como o mais democrático no que diz respeito a gestão pública, pois permite aos cidadãos delimitar as prioridades a serem implementadas pelo poder público, apesar de promover melhorias na infraestrutura da vila através da participação dos moradores, não conseguiu suprir a principal demanda dos mesmos, a regularização, caindo assim em descrédito com os mesmos, o que explicaria o pouco interesse dos moradores pela participação nas assembléias.

Foi então que o programa de regularização fundiária promovido pela Defensoria Pública Estadual, representada pelo advogado Luiz Alfredo Schutz (atual Defensor Público Geral do Estado) que defendia a causa dos moradores frente aos proprietários, passou a ser uma alternativa em 2003. Através dele os moradores passaram a fazer pedidos individuais de regularização através do instrumento de usucapião urbana, mesmo com o processo do DEMHAB ainda em andamento.

O processo de regularização envolve não só o poder judiciário ou a prefeitura municipal mas ambos, além de cartórios o que o torna lento e muitas vezes complexo, devido a falta de integração entre os mesmos.

Muitos moradores, porém não podem ou temem regularizar seus terrenos, pois, não possuem conhecimento sobre a legislação que trata destes assuntos. A Defensoria Pública diz não poder resolver este problema, pois, realiza somente a parte dos processos jurídicos, cabendo ao poder público municipal o respaldo ou não para a regularização, assim como da identificação de possíveis áreas que não possam ser regularizadas, como: áreas de risco, áreas verdes, etc.

A regularização é vista pelos moradores como um reconhecimento da sua cidadania, cidadania esta construída nas transformações realizadas na vila pelos próprios moradores junto aos poderes públicos, no reconhecimento do seu direito de moradia em uma área que é ocupada há anos e sobre a qual os moradores construíram a sua história.

Para os moradores que não podem regularizar seus terrenos, porém, a única alternativa é continuar lutando pela permanência, esperando e temendo até o momento em que os poderes públicos venham a eles para estabelecer qual a sua situação, até lá morarão em seus terrenos, vivendo sobre a tensão de terem que ser removidos para outro lugar.

5.3 “Práticas Cotidianas” na Luta pela Cidadania

Claudia Fonseca (2000, p.17) já destacava a importância de Michel de Certeau para operacionalizar a noção de “cultura popular”, na pesquisa etnográfica. Ao contrário de muitos autores, que buscavam uma cultura fechada e definida, ele escolhe como alvo de análise as práticas comuns da vida cotidiana.

Tendo em vista que os moradores, apesar dos limites das suas ações em relação a solução de seus problemas ou faltas, das relações conflituosas estabelecidas entre eles e das relações desiguais de poder estabelecidas com os poderes públicos e seus técnicos no jogo político, conseguiram atingir parcialmente seus objetivos, cabe destacar como faz muito bem Michel de Certeau os procedimentos políticos minúsculos e cotidianos desse grupo.

É nesse sentido que fala Certeau (1994, p.41) :

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa de uma rede de vigilância, mais importante é descobrir como uma sociedade inteira não se reduz a ela, que procedimentos populares (minúsculos e do cotidiano) jogam com os mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos dominados dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.

““A fraqueza em bens financeiros, em meios de informação e em seguranças de todo o tipo exige um acréscimo de astúcia, de sonho ou de senso de humor”” (Certeau, 1994, p.44), através dos quais os moradores conseguem e conseguiram melhorar a sua condição de vida e enfrentar as dificuldades do “viver” em uma área irregular.

A politização da vida cotidiana que é desembocada pelas táticas dos dominados , engenhosidades dos fracos para tirar proveitos do forte , são as armas utilizadas pelos mesmos para atingir os seus objetivos de melhoria das suas condições de vida coletiva e o cumprimento ou suprimento de direitos básicos estabelecidos, por parte do Estado, estabelecendo o seu reconhecimento como cidadão, portador de direitos e deveres.

Ao longo desta pesquisa busquei destacar essas práticas cotidianas , baseadas nas ações dos moradores em busca da realização de seus objetivos: a melhoria das suas condições de vida, a regularização de seus terrenos e o seu direito à cidadania.

Sendo o pressuposto de sujeitos livres e iguais do ideário liberal-individualista premissa à noção de cidadania, conclui-se este capítulo recorrendo-se as palavras de Ondina Fachel Leal e José Carlos Dos Anjos, quando falam que:

A igualdade embora pressuposta na cultura política da modernidade, não é compartilhada por todos, e cidadania passa então de meio(sociedade civil organizada) a fim a ser almejado e concerne mais à potencial reivindicação do que a efetiva participação na administração do poder. (LEAL; DOS ANJOS, 1999, p.153)

CONCLUSÃO

Conforme foi apresentado na introdução, buscou-se demonstrar ao longo deste trabalho de que forma se organiza a vida social dos moradores da vila Batista Flores a partir da sua situação de irregularidade, as formas de enfrentamento dos problemas que essa situação traz, assim como os procedimentos utilizados pelos mesmos a fim de melhorar suas condições de vida e buscar a regularização. A situação de complexidade que envolve a irregularidade da Vila Batista Flores apresenta várias tensões, que foram tratadas aqui como fatos que afetam a vida social dos moradores a partir das constantes ameaças sofridas pela ação dos proprietários dos terrenos, visando a desapropriação dos moradores e pela ação reguladora do Estado. Dentro desta complexidade destacou-se também a ação dos moradores na tentativa reverter esta situação.

Dessa forma através da análise dos resultados apresentados no decorrer deste trabalho foi possível construir as seguintes considerações:

a) Os moradores da vila Batista Flores possuem uma situação comum de irregularidade, a qual gera constante tensão e riscos de perda das suas moradias. Entretanto as condições de regularização desses moradores são heterogêneas, onde alguns podem regularizar seus terrenos e outros temem ou não podem. Essa diferenciação interna se expressa também através de características que hierarquizam as relações entre os grupos, como a condição econômica, o tempo de moradia na vila, estilos de vida, status, etc.

b) Ocorreram na vila três processos: inicialmente após a chegada dos primeiros moradores, desenhou-se a irregularidade da situação da vila com a tentativa por parte dos proprietários de reintegração de posse da área; num segundo momento a luta dos moradores na tentativa de permanecer na vila, obter melhorias nas suas condições de vida, baseadas na melhoria das condições de infraestrutura urbana e a tentativa de regularizar a sua situação; num terceiro momento o recente processo de regularização de terrenos da vilas através da Defensoria Pública Estadual.

c) Ao longo desses processos se estabeleceram relações políticas desiguais entre moradores e poderes públicos e também entre moradores e moradores, gerando conflitos, diferenciações e desconfianças. Porém mesmo com os conflitos, as relações políticas desiguais com o Estado e as dificuldades na realização dos seus projetos, os moradores através de práticas políticas formais e informais conseguiram adquirir parcialmente os benefícios esperados.

d) Tendo em vista o recente processo de regularização que lhes dará a garantia de propriedade sobre seus terrenos, e que conseqüentemente trará benefícios e deveres a serem cumpridos, a sua cidadania longe de estar sendo recebida ou de ser completa estará sendo paulatinamente conquistada.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betania de Moraes. **Da invisibilidade à regularização fundiária : a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre-século XX**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 2000

ALFONSIN, Betania de Moraes. **Direito a moradia : instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**. Rio de Janeiro. Ippur, UFRJ, 1997.

BAUMANN, Patrícia. **Moradia e Propriedade: Um Estudo sobre as Percepções de Moradores e Formuladores de Políticas Públicas de Habitação**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo. Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.

CAPIOTTI, Roberto. **Estudo sócio-antropológico da experiência de regularização fundiária dos moradores da Vila Batista Flores em Porto Alegre: projeto de extensão sobre cidadania**. Trabalho apresentado no Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Porto Alegre, 2003.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1994.

DOS ANJOS, José Carlos. **O Território da Linha Cruzada. Rua Mirim versus Avenida Nilo Peçanha – Porto Alegre (1992 – 1993)**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 1993.

ECKERT, Cornelia. **Os Homens da Mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão de Charqueadas**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 1985.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2000.

KONZEN, Bernadete Maria. **Democracia e cidadania : estudo sobre a relação entre os moradores da Vila Jardim e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no processo de regularização fundiária**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2000.

MENEZES, Marlucci. **Do Espaço ao Lugar. Do Lugar às Remodelações Sócio- Espaciais**. In: Horizontes Antropológicos/UFRGS.IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano6, n.13.Porto Alegre:PPGAS, 2000.

METROPLAN. **Inventário das Vilas Irregulares na Região Metropolitana de Porto Alegre**, 1982.

[MORAES, Aldovan de Oliveira](#). **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. ————Porto Alegre. DEMHAB, 2000.

[MORAES, Aldovan de Oliveira](#). **Da irregularidade fundiária**. Porto Alegre. DEMHAB,1999.

LEAL, Ondina Fachel; DOS ANJOS, José Carlos Gomes. **Cidadania de Quem? Possibilidades e limites da antropologia**. In: Horizontes Antropológicos / UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano 5, n.10 .Porto Alegre:PPGAS, 1999.

Pró-reitoria de Extensão. **Projeto Regularização Fundiária: uma questão de cidadania**. Porto Alegre. UFRGS, 2003.

SANT'ANA, Maria Helena. **Vila cai-cai : a lógica da habitação reciclável : estudo da organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre-RS**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 1997.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e Exclusão. Os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre.** Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002.

VICARI, André. **Terrenos Irregulares ou Espaços Vividos: transformações urbano-ambientais em Porto Alegre.** Trabalho apresentado no Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Porto Alegre, 2003.